



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
GABINETE DO DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES**

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0044164-19.2013.815.2001 - 4ª Vara Cível da Capital

Relator : João Batista Barbosa – juiz convocado para substituir o Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides

Apelante : Marcone Florencio da Silva.

Advogado : Candido Artur Matos de Sousa (OAB/PB 3.741)

Apelado : OI TNL PCS S/A

Advogados : Wilson Sales Belchior (OAB/PB 17.314-A)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. TELEFONIA MÓVEL. PERDA DE SINAL. FALHA MOMENTÂNEA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. MERO DISSABOR. NÃO CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL. SENTENÇA MANTIDA. DESPROVIMENTO DO APELO.

— “A insuficiência de sinal no serviço de telefonia, embora possa configurar falha na prestação dos serviços por parte da operadora, não caracteriza dano moral indenizável, porque os eventuais transtornos advindos deste problema não possuem o condão de atingir a esfera psíquica do consumidor, tampouco ocasionar lesão à sua imagem perante a sociedade.” (TJSC; AC 2015.054546-9; Criciúma; Quarta Câmara de Direito Público; Rel. Des. Jaime Ramos; Julg. 01/10/2015; DJSC 06/10/2015; Pág. 373)

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS os presentes autos acima identificados.

ACORDA a Egrégia Terceira Câmara Cível do Colendo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, **à unanimidade, rejeitar a preliminar e, no mérito, negar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto do Relator.**

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por **Marcone Florencio da Silva** contra sentença proferida nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais (fls. 40/42), ajuizada em face de OI TNL PCS S/A, que julgou improcedente o pedido autoral.

O apelante, em suas razões recursais (fls. 45/51), alega, em suma, que a má prestação dos serviços, consubstanciada na perda constante de sinal, por si só, é capaz de gerar danos morais. Sendo assim, comprovada a interrupção nos servi-

ços sem qualquer comunicação prévia, o dever de indenizar é medida que se impõe. Pugna pelo provimento do recurso.

Contrarrazões às fls. 55/68, pleiteando, preliminarmente, o não conhecimento do recurso de apelação. No mérito, requereu a manutenção da sentença haja vista a hipótese configurar mero dissabor.

A Procuradoria de Justiça, em seu parecer de fls.79/83, opinou pela rejeição da preliminar de ofensa ao princípio da dialeticidade. No mérito, não opinou porquanto ausente interesse que recomende sua intervenção.

É o relatório.

VOTO.

Da preliminar de dialeticidade

Alega o promovido, em sede de contrarrazões, que o recurso do apelante teria afrontado o princípio da dialeticidade.

No entanto, considerando que o autor/apelante teve seu pedido julgado improcedente, é inevitável que ocorra a repetição de alguns argumentos aduzidos quando da exordial, sem que isso configure ausência de impugnação específica.

Por tais razões, **rejeito a preliminar.**

Do mérito

O autor/apelante, cliente do serviço de telefonia móvel prestado pela promovida/apelada, afirma que, nos dias 24 e 27/11/2012, 28/02/2013, 25/04/2013 e 14/06/2013, houve a paralisação dos serviços de maneira inadvertida e injustificável, nesses termos, requereu a reparação por danos morais.

O magistrado *a quo*, a seu turno, julgou improcedente o pedido.

Pois bem.

Sabe-se que a concessionária de telefonia possui responsabilidade objetiva pela reparação dos danos causados aos seus clientes pela má prestação dos serviços (art. 37, § 6º, da CF; art. 43 do CC; e arts. 14 e 22 do CDC). Cabe analisar, contudo, se os fatos apresentados pelo apelante acarretaram ofensa à sua honra, ou seja, se estão presentes os requisitos que configurem o ato ilícito e o consequente dever de indenizar.

Na hipótese, o promovente descreveu cinco datas específicas, com intervalos de dois meses ou mais, nos quais houve isolada perda de sinal da operadora. Ou seja, o lapso temporal descrito entre uma falha e outra é aceitável frente a quantidade de dias em que não há reclamação de perda de sinal. Em verdade, extrai-se dos autos que o caso em comento configura mero dissabor em virtude da perda momen-

tânea de sinal, inexistindo sequer a indicação a respeito do tempo em que houve comprometimento do serviço ou de maiores consequências em desfavor do apelante.

Com efeito, “*para a configuração do dano moral não basta apenas o dissabor, o aborrecimento, e a aflição exacerbada. O dano moral emerge da dor, do vexame, da ofensa à personalidade, à honra e à dignidade da pessoa, que, fugindo à normalidade, interfere intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe, de fato, aflição, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar*”¹.

No mesmo norte:

DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONSUMIDOR USUÁRIO DO PLANO "INFINITY" DA TIM CELULAR. MÁ PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA OFERECIDOS PELA OPERADORA. SINAL DEFICIENTE E EVENTUAL INTERRUÇÃO DAS CHAMADAS TELEFÔNICAS. SITUAÇÕES QUE NÃO ENSEJAM ABALO À MORAL OU À HONRA DO DEMANDANTE. MERO ABORRECIMENTO. DANOS MORAIS INEXISTENTES. INDENIZAÇÃO NEGADA. A falha na prestação do serviço de telefonia móvel, em razão da existência de ausência de cobertura de sinal em determinadas regiões, normalmente gera a mudança de operadora e não a permanência em plano inadequado às necessidades de uso e, portanto, cabe ao consumidor que se sentiu lesado pleitear a devida rescisão contratual. A insuficiência de sinal no serviço de telefonia, embora possa configurar falha na prestação dos serviços por parte da operadora, não caracteriza dano moral indenizável, porque os eventuais transtornos advindos deste problema não possuem o condão de atingir a esfera psíquica do consumidor, tampouco ocasionar lesão à sua imagem perante a sociedade. (TJSC; AC 2015.054546-9; Criciúma; Quarta Câmara de Direito Público; Rel. Des. Jaime Ramos; Julg. 01/10/2015; DJSC 06/10/2015; Pág. 373)

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS. CONDIÇÕES PARA O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRENTE. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. PLANO INFINITY. MAU FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS. MERO ABORRECIMENTO. CONSUMIDOR QUE NÃO ESTÁ OBRIGADO A MANTER A CONTRATAÇÃO EM CASO DE INSATISFAÇÃO. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. DECISÃO QUE AFASTOU O DEVER DE RESSARCIMENTO. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJSC, AC. n. 2013.035543-1, de Araranguá, Rel. Des. Jorge Luiz Borba, j. em 09.07.2013).

1

(TJSC; AC 2015.054546-9; Criciúma; Quarta Câmara de Direito Público; Rel. Des. Jaime Ramos; Julg. 01/10/2015; DJSC 06/10/2015; Pág. 373)

Assim, não há nos autos provas de que a falha do serviço seja passível de indenização por danos morais, caracterizando-se, apenas, como mero aborrecimento.

Diante do exposto, **REJEITO A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGO PROVIMENTO ao recurso apelatório**, mantendo a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Presidiu o julgamento, com voto, a Exma. Des. Maria das Graças Morais Guedes (Presidente). Presentes no julgamento o Exmo. Dr. João Batista Barbosa (Juiz convocado para substituir o Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides) (Relator) e o Exmo. Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque.

Presente ao julgamento, também, a Exma. Dra. Ana Cândida Espínola, Promotora de Justiça Convocada.

João Pessoa, 25 de julho de 2017.

João Batista Barbosa
Juiz convocado/Relator